

## Editorial

Thaís Cavalcante Martins<sup>1</sup>

Marcelo Fontenelle e Silva<sup>2</sup>

Prezadas leitoras e leitores,

1

É com imensa satisfação que lançamos o número 3, volume 9, ano 2021 da revista Agenda Política. O volume marca a consolidação da revista como um periódico de grande relevância na área da Ciência Política e de disciplinas afins.

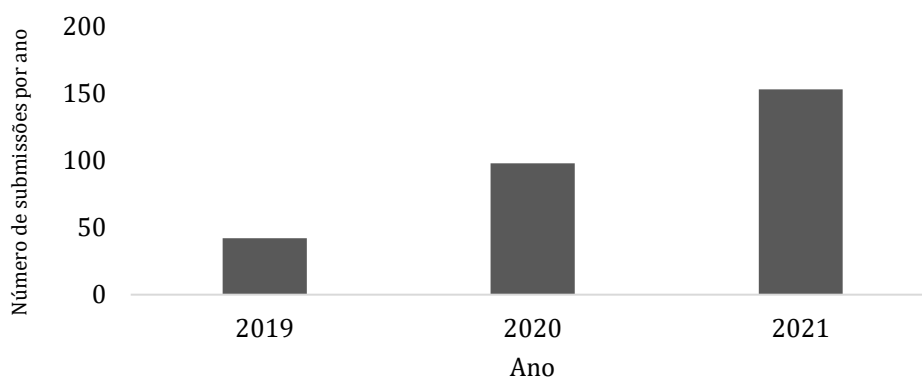
Apesar dos inúmeros desafios que os cientistas e acadêmicos vêm enfrentando para a execução de suas pesquisas, especialmente no Brasil, o que é evidenciado pelo desmonte das universidades, cortes sucessivos nas bolsas de pesquisa e aprofundamento na redução do orçamento das principais agências de fomento do país, o periódico tem se estabelecido como um importante veículo de publicação. Isso significa que apesar do contexto marcado por ataques à produção científica, a revista tem se firmado como um meio de publicação relevante e confiável, o que pode ser atestado pelo aumento no número de submissões e acesso às publicações.

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Editora- chefe da revista Agenda Política. Atualmente é pesquisadora de pós-doutorado no Centro de Estudos SoU Ciência da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4595-1849>. Email: [thais.cmaartins@gmail.com](mailto:thais.cmaartins@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Editor-chefe da Revista Agenda Política. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7084-3714> Email: [marcelofontenelle@hotmail.com](mailto:marcelofontenelle@hotmail.com).

**Gráfico 1 - Evolução no número de submissões**



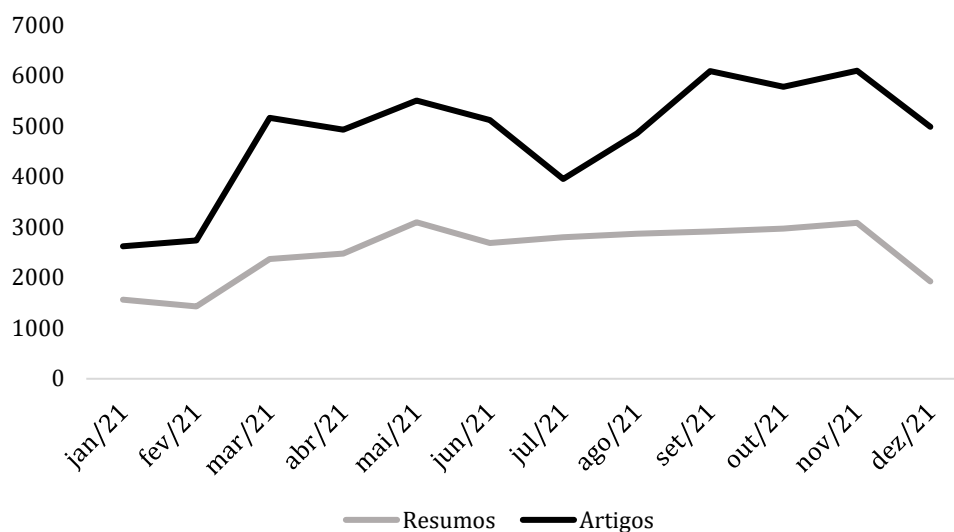
Fonte: Os autores, a partir de estatísticas obtidas na plataforma OJS3.

2 Seguindo a tendência das edições anteriores, no ano de 2021, o número de artigos submetidos à revista aumentou em 58%. Ao todo a Agenda Política recebeu 153 artigos, sendo que 23% foram aprovados e 77% foram rejeitados. Buscando garantir maior celeridade nas avaliações por pares, o periódico tem garantido o processo de pré-avaliação (*desk review*), reduzindo significativamente o tempo de tramitação dos artigos. Neste escopo, entre os artigos rejeitados, 64% foram recusados na fase inicial e 13% após a avaliação por pares. Em média, um artigo rejeitado na pré-avaliação tramita por 66 dias, enquanto um artigo avaliado por pares tem o tempo de tramitação elevado para 126 dias (em média).

Tendo em vista que o periódico não conta com capacidade de processar e publicar o grande número de artigos submetidos, acreditamos que o procedimento de *desk review* garante agilidade e transparência, permitindo que os autores tenham uma resposta editorial em menor tempo, facilitando a busca por outras oportunidades de publicação.

Outro indicador que sugere a ampliação da relevância da Agenda Política no campo das ciências sociais é o aumento no número de acessos e de visualizações às suas publicações. Ao todo, em 2021, a revista registrou quase 58 mil acessos aos artigos e pouco mais de 30 mil acessos aos resumos. Com amplo e variado acervo de publicações a AP tem contribuído para a divulgação e disseminação do conhecimento científico no Brasil.

**Gráfico 2 – Número de acesso aos resumos e aos artigos completos**



Fonte: Os autores, a partir de estatísticas obtidas na plataforma OJS3.

3

Considerando-se um quadro mais amplo, o aumento da visualização e da consequente circulação de artigos de acesso aberto pode ser compreendida como um incentivo para repensar as métricas tradicionais de avaliação da ciência, bem como o impacto social das pesquisas que são disseminadas em plataformas menos tradicionais. Atenta às transformações na comunicação da ciência, a Agenda Política tem atuado fortemente na divulgação da produção científica por meio de suas redes sociais (Instagram e Facebook).

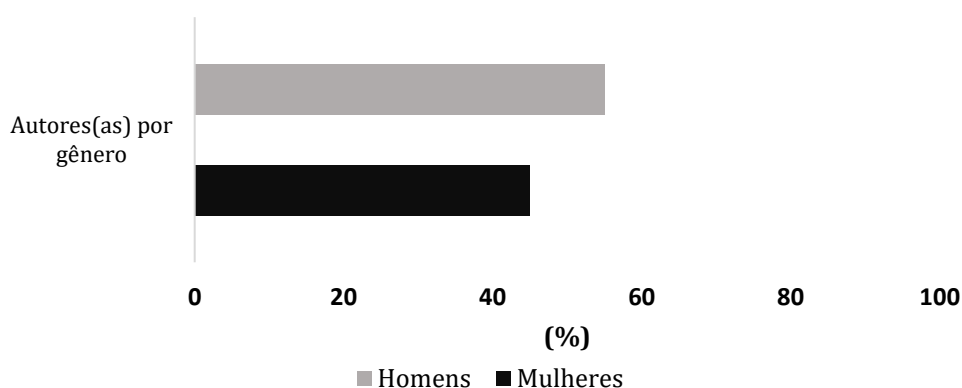
Neste mesmo sentido, também podemos destacar o aumento no número de usuários cadastrados em nossa plataforma, o que ocorreu paralelamente ao aumento da presença da Agenda Política nas redes sociais. Hoje, contamos com 911 usuários cadastrados em nossa base de dados. Destes, 659 estão habilitados como avaliadores/pareceristas, o que também demonstra a capilaridade da revista em meio aos pesquisadores da área e a afirmação da revista como um veículo sólido, que conta com um corpo significativo de pesquisadores voluntários, distribuídos pelas diferentes regiões do país e do globo, dispostos a contribuir com o processo editorial.

A despeito da identificação da ampliação no número de colaboradores nos mais variados segmentos, a AP ainda reflete as desigualdades que persistem na academia. Notadamente a desigualdade de gênero.

Entre os(as) autores(as) que publicaram na Agenda Política no ano de 2021, 45% são mulheres e 55% são homens. Esses números são ilustrativos do quadro geral dos Programas de Pós-Graduação do Brasil. Enquanto as pesquisadoras mulheres perfazem a maioria de matriculados(as) em Programas de Pós-Graduação de mestrado e doutorado no país, elas têm mais dificuldades para ascender na carreira, tornando-se pesquisadoras docentes<sup>3</sup>. De modo geral, as suas carreiras tendem a ser mais curtas se comparado a dos homens, o que tende a refletir no quantitativo da produção científica realizada por elas.

**Gráfico 3 – Percentual de autores(as) por gênero: artigos publicados em 2021**

4



Fonte: Os autores, a partir de estatísticas obtidas na plataforma OJS3.

Além do monitoramento dos indicadores processuais e do mapeamento perfil dos autores, a editoria da Agenda Política tem se preocupado com a formação de seus quadros. Sendo prioritariamente editada por discentes do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), a Agenda Política é também caracterizada por uma rotatividade relativamente alta da equipe. Com esta característica em vista, diversos esforços de padronização dos processos editoriais foram realizados com o intuito de garantir a permanência da qualidade da revista. Como parte deste processo, realizamos nos dias 25 de

<sup>3</sup> Para mais informações, ver: <https://souciencia.unifesp.br/opiniaio/elas-na-universidade-parte-2-participacao-das-mulheres-nos-programas-de-pos-graduacao-no-brasil>.

setembro e 02 de outubro de 2021 o 1º Workshop de Processo Editorial da Revista Agenda Política. O Workshop foi voltado para a Equipe Editorial e teve como principal objetivo apresentar as etapas do processo editorial e capacitar todos os integrantes da equipe a assumir qualquer uma das funções da editoria.

### **Apresentação da Edição**

A presente edição traz o dossiê intitulado **Política Subnacional: uma Agenda de Pesquisa Emergente**. O dossiê foi coordenado pelas pesquisadoras Thaís Cavalcante Martins, que é doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e atualmente realiza pós-doutorado no Centro de Estudos SoU Ciência da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), e Jayane dos Santos Maia, que é vinculada ao German Institute for Global and Area Studies (GIGA - Instituto de Estudos Latino-americanos) e doutoranda em Ciência Política na Universidade de Erfurt (Alemanha).

5

Atestando a crescente relevância que o tema vem ganhando entre os pesquisadores da Ciência Política dentro e fora do Brasil, o Dossiê traz cinco artigos que versam sobre a democracia na América Latina a partir do nível subnacional, com autores que advém de instituições de três diferentes países (Brasil, Colômbia e Inglaterra).

Em estreito diálogo com a temática do dossiê, Thaís Cavalcante Martins e Jayane Santos Maia entrevistam Flavia Freidenberg, um dos nomes mais proeminentes em estudos de gênero e política subnacional na América Latina. A entrevista tem dois objetivos principais. Primeiro, lançar luz sobre o papel das mulheres na política subnacional na América Latina e, segundo, discutir o estágio atual e a evolução das reformas políticas destinadas a ampliar a participação política feminina no nível subnacional.

Além dos artigos que compõem o Dossiê, a edição traz em sua seção *Agenda da Ciência Política* a contribuição seminal de Jacqueline Behrend, com artigo intitulado “**Dinastías políticas y democracia: una propuesta conceptual**”. No artigo, Behrend propõe uma estrutura conceitual para estudar as dinastias políticas nos executivos subnacionais, discutindo as principais teorias que têm sido

desenvolvidas para explicar a existência de dinastias políticas nas democracias contemporâneas.

A seção de artigos livres, por sua vez, apresenta cinco estudos inéditos produzidos por autores de diversas origens institucionais.

No artigo **“Presenças femininas nas Câmaras Municipais do ABC Paulista e seus efeitos nas políticas públicas locais”**, Carolina Stuchi e Gabriela Paula Silva Alves, buscam compreender se comportamento legislativo feminino se diferencia do comportamento dos homens e se a presença das mulheres influencia a produção de políticas públicas. Entre os principais resultados, as autoras destacam que a presença feminina no legislativo está relacionada à diminuição da corrupção, ao investimento em setores sociais e a atenção às questões de gênero.

O artigo de Alexandre Barbalho e Gabrielle D'Annunzio Cavalcanti Moreira, intitulado **“E-participação nos governos Cid Gomes e Camilo Santana (2011-2019): uma avaliação do banco de ideias”** avalia o caso do governo do Ceará, buscando compreender a implementação de políticas públicas a partir da ferramenta de e-participação, sinalizando para os possíveis ganhos democráticos resultantes desse tipo de interação.

6

O artigo **“Eleições municipais no WhatsApp: uma análise dos links compartilhados nos grupos eleitorais de Imperatriz – MA”**, de autoria de Luana Fonseca Silva e Isabele Batista Mitozo, avalia o uso político de grupos públicos neste aplicativo nas eleições municipais de 2020, observando o caso de Imperatriz, município localizado no Maranhão. Entre os principais resultados, as autoras apontam que os blogs da cidade foram a principal fonte de conteúdo, sendo que a plataforma predominante dos links compartilhados foi o Instagram. As autoras demonstram ainda que a temática em que mais se investiu foi a propaganda política, sobretudo nas disputas para prefeito.

Já o artigo **“O petismo é um fenômeno de classes? Partidarismo e clivagens classistas no Brasil”**, de Marcos Felipe Rodrigues de Sousa e Gustavo César de Macêdo Ribeiro, tem por objetivo compreender as bases sociais das preferências partidárias pelo Partido dos Trabalhadores, a partir da análise de classe. Ancorados em pesquisas divulgadas pelo Datafolha, os autores propõem uma tipologia composta por quatro agrupamentos classistas. A partir da construção de

um modelo logístico, Sousa e Ribeiro demonstraram a associação entre classe e petismo em 2002 e 2018.

Por fim, o texto de Ronaldo Quintanilha Silva, **“A fiscalização parlamentar pelo Congresso Nacional de 1988 a 2018: volume, frequência e taxa de aprovação”**, avalia a atividade de controle parlamentar exercida pela Câmara dos Deputados durante a 55ª Legislatura. O autor se debruça sobre os instrumentos de fiscalização e controle para estudar a *accountability* horizontal. Entre os principais resultados, o autor destaca que o instrumento preferido dos deputados no uso desses controles é o requerimento de informação, seguido pelas propostas de audiências públicas. Sendo que a atividade de controle representa menos de 10% do esforço do Congresso Nacional.

Boa leitura!